

STJ00096192 - V.1

Ricardo Negrão

(Ricardo José Negrão Nogueira)

Desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo.

Mestre e Doutorando em Direito Comercial (PUCSP).

Professor Universitário.

Manual de direito
comercial
de empresa &

Teoria Geral da Empresa
e Direito Societário

10ª edição

2013

 **Editora
Saraiva**

Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000
SAC/JUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30
saraivajur@editorasaraiva.com.br
Acesse: www.saraivajur.com.br

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro
Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dérea, 23 — Brotas
Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895
Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURU (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro
Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Bauru

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga
Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384
Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Sator de Indústria e Abastecimento
Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951
Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroport
Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806
Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro
Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha
Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Apinogás, 186 — Batista Campos
Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038
Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho
Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista
Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro
Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel
Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565
Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos
Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567
Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antônia, 92 — Barra Funda
Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-04182-0 obra completa
ISBN 978-85-02-19866-1 volume 1

Negrão, Ricardo

Manual de direito comercial e de empresa,
volume 1 / Ricardo Negrão. — 10. ed. — São Paulo :
Saraiva, 2013.

Conteúdo: Teoria geral da empresa — Direito
societário.

Bibliografia.

1. Direito comercial 2. Direito empresarial I.
Título.

CDU-347-7
-34.338.93

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|-----------------------|------------|
| 1. Direito comercial | CDU 347-7 |
| 2. Direito societário | -34.338.93 |

Diretor editorial Luiz Roberto Curia

Gerente de produção editorial Lígia Alves

Editor Jônatas Junqueira de Mello

Assistente editorial Sirlene Miranda de Sales

Produtora editorial Clarissa Boraschi Maria

Preparação de originais Ana Cristina Garcia

Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan

Arte e diagramação Cristina Aparecida Agudo de Freitas

Isabel Gomes Cruz

Revisão de provas Rita de Cássia Queiroz Gorgati

Rita de Cássia S. Pereira

Serviços editoriais Kelli Priscila Pinto

Maria Cecília Coutinho Martins

Capa Roney Camelo

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Gráfica Salesianas

Acabamento Gráfica Salesianas

968202

Data de fechamento da edição: 21-2-2013

Dúvidas?

Acesse www.saraivajur.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

196.856.010.001

961854

ÍNDICE

<i>Ao Leitor</i>	21
CAPÍTULO 1 — HISTÓRIA DO COMÉRCIO E DO DIREITO COMERCIAL	
1.1. História do comércio e do Direito Comercial.....	25
1.2. Primeira fase (séculos XII a XVI) — mercados e trocas.....	26
1.3. Segunda fase (séculos XVII e XVIII) — mercantilismo e colo- nização	32
1.4. Terceira fase (século XIX) — liberalismo econômico	33
1.5. Quarta fase (atual) — Direito de Empresa	33
1.6. O projeto de nova codificação	34
CAPÍTULO 2 — FONTES DO DIREITO COMERCIAL	
2.1. O Direito Comercial como ramo do Direito.....	36
2.2. Fontes do Direito Comercial.....	39
2.2.1. Fontes primárias.....	40
2.2.2. Fontes secundárias	41
CAPÍTULO 3 — COMERCIANTE E ATOS DE COMÉRCIO	
3.1. Introdução	47
3.2. Origens históricas	48
3.3. Atos de comércio	51
3.4. Questões preliminares — a importância do estudo diante da Teoria da Empresa	52
3.5. Sistemas de classificação — a adotada por Carvalho de Men- donça.....	56
3.6. A qualidade de comerciante no sistema dos atos de comércio...	59
3.7. A qualidade de empresário na Teoria da Empresa.....	63
CAPÍTULO 4 — EMPRESA E EMPRESÁRIO	
4.1. Formação do conceito de empresa	64
4.2. Conceito jurídico de empresa.....	66

4.3. Aspecto subjetivo — o empresário	71
4.3.1. Espécies de empresários	73
4.3.2. Condições para o exercício da atividade empresarial	74
4.3.3. Pessoas impedidas de exercer a atividade	76
4.4. Aspecto objetivo: o estabelecimento	81
4.5. Aspecto funcional: a atividade econômica organizada	81
4.6. Natureza jurídica	82

CAPÍTULO 5 — PERFIL OBJETIVO DA EMPRESA — O ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

5.1. Conceito	84
5.2. Noção	85
5.3. O conceito de Oscar Barreto Filho	93
5.4. Definição legal	94
5.5. Natureza jurídica	94
5.5.1. Doutrina histórica	94
5.5.2. Teorias modernas	97
5.6. Elementos componentes do estabelecimento empresarial	100
5.6.1. Outros elementos considerados pela doutrina	101
5.6.2. O bem imóvel	102
5.6.3. Outras classificações consideradas pela doutrina	103
5.7. Cessão de estabelecimento empresarial	104
5.8. Título de estabelecimento	107
5.9. Domicílio e estabelecimento principal	108

CAPÍTULO 6 — ASPECTOS DO ESTABELECIMENTO: O AVIAMENTO E A CLIENTELA

6.1. Noções	111
6.2. Aviamento real e aviamento subjetivo	113
6.3. A tutela legal do aviamento	114
6.4. Clientela	114
6.5. Freguesia	114
6.6. Proteção legal à clientela	116
6.7. Cessão de clientela	118
6.8. A disputa judicial entre o Conde Álvares Penteado, a Companhia Nacional de Tecidos da Juta e a Companhia Paulista de Aniagação ...	119
6.9. Cláusulas de interdição de concorrência	122

CAPÍTULO 7 — O PONTO EMPRESARIAL

7.1. Noções	125
7.2. Renovação de contrato de locação — conceito	126
7.3. Origens.....	127
7.4. Renovação compulsória — requisitos	127
7.5. Requisito processual	129
7.6. Aspectos processuais	130
7.7. Defesas.....	130
7.8. Direito a indenização	131

CAPÍTULO 8 — PROPRIEDADE INDUSTRIAL: PATENTES DE INVENÇÃO E DE MODELOS DE UTILIDADE

8.1. Código da Propriedade Industrial: níveis de atuação.....	133
8.2. Convenção da União de Paris e organismos internacionais.....	134
8.3. Natureza jurídica.....	136
8.4. Noções e conceitos	136
8.5. Requisitos	137
8.5.1. A licitude.....	138
8.5.2. A novidade	142
8.5.3. A industriabilidade.....	144
8.5.4. Originalidade (a atividade inventiva)	144
8.6. Exemplos	145
8.7. Patente.....	146
8.8. Processamento do pedido de concessão de patente	146
8.9. Cessão do pedido ou da patente.....	149
8.10. Licença voluntária.....	150
8.11. Licença compulsória	151
8.12. Invento de empresa	153
8.13. Invento livre ou do empregado.....	153
8.14. Invento comum, misto ou conexo	154
8.15. Quadro-resumo das espécies de invento, em relação a seu titular.	154
8.16. Extinção do privilégio.....	154

CAPÍTULO 9 — PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL

9.1. Noções.....	158
9.2. Requisitos.....	160
9.3. Registro.....	162

9.3.1. Prioridade e pedido	162
9.3.2. Exame formal	163
9.3.3. Processamento e decisão	164
9.3.4. Recurso	166
9.4. Certificado de registro	167
9.5. Proteção legal	167
9.6. Prazo para o exercício do direito	169
9.7. Extinção do registro	169
9.8. Cessão e direito de empregados	169

CAPÍTULO 10 — PROPRIEDADE INDUSTRIAL: REGISTRO DE MARCA E INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS

10.1. Conceitos	170
10.2. Funções das marcas	172
10.3. Classificações	173
10.4. Natureza jurídica	176
10.5. Requisitos	178
10.5.1. Sinais sem capacidade distintiva	179
10.5.2. Sinais que causam confusão ou engano — violem ou não direito protegido	182
10.5.3. Sinais que causam ofensa (inciso III)	189
10.5.4. Expressões afastadas da proteção (inciso VII)	189
10.6. Processo de concessão	191
10.6.1. Pedido	192
10.6.2. Exame formal preliminar	193
10.6.3. Oposições	193
10.6.4. Exame	193
10.6.5. Expedição de certificado	193
10.6.6. Resumo gráfico do procedimento de concessão de registro	194
10.6.7. Fluxograma do processo de registro	195
10.7. Direitos	196
10.8. Cessão de uso	197
10.9. Licença de uso e franquia	198
10.10. Extinção do registro	199

CAPÍTULO 11 — REGISTRO DE EMPRESA

11.1. Breve histórico	202
-----------------------------	-----

11.2. Finalidades do registro	203
11.3. Efeitos jurídicos	204
11.3.1. Efeitos jurídicos em relação à empresa individual de responsabilidade limitada e à sociedade empresária	206
11.3.2. Efeitos decorrentes da personalidade jurídica	207
11.3.3. A qualidade de comerciante e de empresário e o regis- tro de empresa	208
11.4. Órgãos do Registro de Empresa.....	209
11.5. Atos de registro	210
11.5.1. A matrícula	210
11.5.2. O arquivamento.....	212
11.5.3. A autenticação.....	213
11.5.4. Quadro-resumo	213
11.6. Proibições de arquivamento	215
11.7. Dispensa de registro	217
11.8. Simplificação de registro	217
11.8.1. Princípios legislativos: integração e articulação	217
11.8.2. Dinâmica procedimental.....	218

CAPÍTULO 12 — NOME EMPRESARIAL

12.1. Noções e definições.....	221
12.2. Natureza jurídica.....	222
12.2.1. O nome como direito de propriedade industrial	223
12.2.2. O nome como direito pessoal	224
12.2.3. O nome como direito pessoal derivado da concorrência desleal.....	225
12.2.4. A previsão constitucional	225
12.3. Distinções.....	226
12.4. Espécies	227
12.5. Direitos decorrentes do registro.....	228
12.6. Extensão da proteção do registro — o princípio da especiali- dade.....	230
12.7. Extensão da proteção do registro — o princípio da territoriali- dade.....	232
12.8. Colidência entre nome e marca — conclusões.....	233
12.9. Sistemas de formação do nome empresarial.....	233
12.10. Formação do nome.....	235
12.11. Nome empresarial de sociedade estrangeira	238
12.12. Alteração do nome empresarial.....	238

CAPÍTULO 13 — LIVROS EMPRESARIAIS

13.1. Noções	240
13.2. Princípios informadores.....	243
13.2.1. Fidelidade.....	243
13.2.2. Sigilo	243
13.2.3. Liberdade.....	246
13.3. Sanções penais decorrentes da ausência ou fraude na escrituração	246
13.3.1. Omissão dos documentos contábeis obrigatórios	247
13.3.2. Balanço omissivo ou com dados inexatos	247
13.3.3. Escrituração inexata, omissa ou adulterada e contabilidade paralela	248
13.3.4. Destruição de livros obrigatórios	249
13.4. Espécies de livros.....	250
13.5. Livro obrigatório comum	251
13.6. Livros obrigatórios especiais	253
13.7. Livros facultativos.....	254
13.8. Livros não empresariais obrigatórios.....	255
13.9. Requisitos dos livros	256
13.10. Livros obrigatórios e microempresa	256
13.11. Natureza jurídica dos livros	260
13.12. Valor probante dos livros — noções.....	261
13.13. Extensão da prova.....	261
13.14. A unidade dos lançamentos contábeis.....	264
13.15. A fé que se extrai dos livros mercantis.....	264
13.16. A recusa em apresentar os livros em Juízo.....	266

CAPÍTULO 14 — DIREITO SOCIETÁRIO — DAS SOCIEDADES EM GERAL

14.1. Noções.....	268
14.2. Personalidade jurídica.....	269
14.3. Efeitos da personalidade jurídica.....	270
14.4. Direitos da pessoa jurídica.....	272
14.5. Desconsideração da personalidade jurídica	273
14.6. Conceito de sociedade.....	275
14.7. Classificação das sociedades mercantis	277
14.8. Classificação das sociedades no sistema da empresarialidade.....	278
14.8.1. Sociedades não personificadas e personificadas	279

14.8.2. Sociedades simples e sociedades empresárias	279
14.8.3. Sociedades empresárias por natureza e empresárias por equiparação.....	279
14.8.4. Sociedades de pessoas e de capitais.....	279
14.8.5. Sociedades não identificadas por nome, identificadas por firmas, sociedades com denominação e sociedades com firma ou denominação	282
14.8.6. Sociedades dependentes de autorização	282
14.8.7. Sociedades nacionais e estrangeiras	283
14.8.8. Sociedade de capital fixo ou variável.....	285
14.8.9. Sociedades coligadas e não coligadas.....	286

CAPÍTULO 15 — RESPONSABILIDADE DA SOCIEDADE E DOS SÓCIOS — PRINCÍPIOS GERAIS

15.1. A responsabilidade das pessoas em geral.....	288
15.2. Responsabilidade primária e secundária.....	289
15.3. Unidade patrimonial do devedor.....	290
15.4. Unidade patrimonial — impenhorabilidade e estabelecimen- to empresarial	290
15.5. Unidade patrimonial e falência	291
15.6. Unidade patrimonial e a <i>pars conditio creditorum</i>	292
15.7. Responsabilidade dos sócios em decorrência da espécie socie- tária	294
15.8. Tipos ordinários de responsabilidade.....	296
15.9. Quadro dos diversos tipos de responsabilidade do sócio.....	298
15.10. Responsabilidade extraordinária dos sócios	299
15.11. Responsabilidade por violação das regras societárias.....	300
15.12. Responsabilidade por fraude no uso da personalidade jurídica..	301
15.12.1. Fraude decorrente de constituição de sociedade entre marido e mulher	303
15.12.2. Ausência de patrimônio da sociedade.....	304
15.13. Sócio que, agindo com culpa ou dolo, pratica atos que cau- sam prejuízos a terceiros.....	304

CAPÍTULO 16 — RESPONSABILIDADE DOS SÓCIOS: INGRES- SO, RETIRADA E FALÊNCIA

16.1. Outras situações de responsabilidade dos sócios solidários	310
--	-----

16.1.1. Sócio de responsabilidade ilimitada que ingressa por aumento do capital social e sócio que adquire cotas daquele que se retira	311
16.1.2. Sócio de responsabilidade ilimitada que se retira da sociedade antes da falência, cedendo ou não suas cotas sociais	313
16.1.3. Cláusula de exoneração	314
16.1.4. Falência e arrecadação de bens de sócios com responsabilidade ilimitada	315
16.1.5. Retirada e falência	317
16.2. Outras situações dos sócios de responsabilidade limitada	318
16.2.1. Responsabilidade pela integralização do capital	318
16.2.2. Responsabilidade limitada, porém excedente à mera integralização do capital social	320
16.2.3. Responsabilidade em caso de retirada	321
16.2.3.1. Responsabilidade em caso de retirada do sócio comanditário, na sociedade em comanda simples	321
16.2.3.2. Responsabilidade em caso de retirada do sócio cotista	321
16.2.3.3. Responsabilidade em caso de retirada do acionista	322
16.2.4. Responsabilidade em caso de ingresso	323
16.3. Resumo gráfico das responsabilidades por ingresso, retirada e falência	324

CAPÍTULO 17 — DA CONSTITUIÇÃO DAS SOCIEDADES EM GERAL — ASPECTOS COMUNS

17.1. Da constituição das sociedades em geral	325
17.2. Regras comuns aos contratos	325
17.3. Capacidade e ingresso de sócio menor no regime do Código Comercial	326
17.4. Capacidade e sócio menor no regime do Código Civil	328
17.5. Capacidade e consentimento	329
17.6. Objeto lícito	329
17.7. Objeto possível, determinado ou determinável	331
17.8. Forma prescrita ou não defesa em lei	331
17.9. Requisitos específicos	332
17.9.1. Pluralidade de sócios	332

17.9.2. Constituição do capital social	333
17.9.3. <i>Affectio societatis (animus contrahendi societatis)</i>	334
17.9.4. Coparticipação nos lucros e perdas.....	335
17.10. Cláusulas essenciais	336
17.11. Cláusulas acidentais	338

CAPÍTULO 18 — DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE — SOCIEDADES NÃO PERSONIFICADAS

18.1. Sociedades não personificadas	339
18.2. As sociedades irregulares — sociedades em comum.....	339
18.3. A sociedade em conta de participação	341
18.4. A sociedade em conta de participação no Código Civil.....	344

CAPÍTULO 19 — DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE — A SOCIEDADE SIMPLES

19.1. Sociedades simples e sociedades empresárias	347
19.2. Objeto da sociedade simples	348
19.3. Contrato social	350
19.4. Inscrição do contrato.....	350
19.5. Direitos e obrigações dos sócios	351
19.5.1. Dever de contribuir	351
19.5.2. Dever de probidade na gestão financeira	352
19.5.3. Direito-dever de coparticipação nos lucros e perdas...	353
19.5.4. Direito de participar das deliberações.....	354
19.5.5. Direito de fiscalização	354
19.5.6. Direito de retirada.....	355
19.5.7. Direito de participar do acervo, em caso de liquidação	356
19.6. Administração da sociedade simples	357
19.6.1. Qualidade pessoal do administrador.....	357
19.6.2. Incompatibilidades e impedimentos	359
19.6.3. Formas de exercício	362
19.6.4. Natureza das funções	363
19.6.5. Deveres do administrador	364
19.6.6. Substituição	365
19.6.7. Poderes.....	366
19.6.8. Abusos dos poderes gerenciais	367
19.7. Responsabilidade da sociedade perante terceiros	371
19.7.1. Liquidação de quota de sócio	371

19.8. Resolução da sociedade em relação a um sócio	371
19.8.1. Resolução em virtude de morte	372
19.8.2. Resolução em virtude de exclusão.....	372
19.9. Dissolução da sociedade	374
19.10. Quadro-resumo	375

CAPÍTULO 20 — DAS SOCIEDADES EM ESPÉCIE — AS SOCIEDADES EM NOME COLETIVO, EM COMANDITA SIMPLES E DE CAPITAL E INDÚSTRIA

20.1. As sociedades comerciais no Código Comercial de 1850 — generalidades	376
20.2. A sociedade de capital e indústria.....	379
20.3. Sociedade em nome coletivo	381
20.3.1. Natureza dos sócios.....	383
20.3.2. Responsabilidade dos sócios	383
20.3.3. Execução realizada por credor particular	383
20.3.4. Limitação de responsabilidade entre os sócios	384
20.3.5. Nome empresarial	385
20.3.6. Administração da sociedade.....	385
20.4. Sociedade em comandita simples	386

CAPÍTULO 21 — DAS SOCIEDADES LIMITADAS

21.1. Breve histórico e principal característica	391
21.2. Limites da responsabilidade dos sócios	392
21.2.1. Responsabilidade pela integridade futura do capital	392
21.2.2. Solidariedade pela integralização de todo o capital.....	393
21.2.3. Solidariedade pela integralização somente em caso de falência	394
21.2.4. Responsabilidade solidária no Código Civil	396
21.3. Responsabilidade ordinária dos sócios	396
21.3.1. Responsabilidade pessoal pela integralização.....	396
21.3.2. Responsabilidade solidária pela integralização de todo o capital social.....	397
21.3.3. Responsabilidade pela retirada da sociedade estando integralizado o capital social	398
21.3.4. Responsabilidade pelo ingresso	398
21.4. Aspectos característicos da sociedade limitada	399
21.4.1. Diferenciações em relação à sociedade simples.....	401

21.4.2. Ingresso de incapazes	403
21.5. Quotas sociais — natureza e direitos decorrentes	404
21.5.1. Número e forma de divisão de quotas	405
21.5.2. Divisibilidade e comunhão	405
21.5.3. Cessão das quotas	406
21.5.4. Penhorabilidade das quotas	408
21.6. Administração social	408
21.6.1. Nomeação e remuneração	409
21.6.2. Destituição e renúncia	410
21.7. Conselho fiscal	411
21.7.1. Atribuições do conselho fiscal	411
21.7.2. Condições pessoais, impedimentos e vedações do membro do conselho fiscal	411
21.8. Deliberações dos sócios	412
21.8.1. Obrigatoriedade	412
21.8.2. Formas de deliberação	413
21.8.3. <i>Quorum</i> para deliberação	413
21.8.4. Assembleia de sócios	413
21.8.5. Responsabilidades	414
21.9. Aumento do capital social	414
21.10. Redução do capital social	415
21.10.1. Redução em virtude de inadimplência de sócio re- misso ou sua exclusão	415
21.10.2. Redução do capital em virtude de perdas irrepará- veis	416
21.10.3. Redução do capital em razão de ser excessivo	416
21.10.4. Redução do capital em razão de retirada de sócio	417
21.11. Resolução da sociedade em relação a sócios	417
21.11.1. Retirada voluntária de sócio	418
21.11.2. Exclusão de sócio	418
21.11.3. Dissolução parcial de pleno direito	420
21.11.4. Direito de recesso	420
21.12. Empresa individual de responsabilidade limitada	421
21.13. Quadro-resumo	423

CAPÍTULO 22 — DAS SOCIEDADES POR AÇÕES

22.1. Origens das sociedades por ações	424
22.2. Características das sociedades por ações	427

22.3. Sociedade em comandita por ações	427
22.4. Constituição das sociedades por ações	431
22.4.1. Requisitos preliminares	431
22.4.2. Denominação social	432
22.4.3. Fundadores	433
22.4.4. Constituição por subscrição pública ou privada.....	434
22.4.5. Primeiros administradores.....	437
22.4.6. Estatutos	438
22.4.7. Número de sócios	438
22.4.8. Capital social.....	439
22.5. Classificação das sociedades por ações	444
22.5.1. Sociedades abertas e fechadas.....	444
22.5.2. Sociedade de economia mista	447
22.5.3. Sociedade anônima multinacional.....	448
22.6. Elaboração e divulgação de demonstrações financeiras	451
22.6.1. Princípios da periodicidade, da anualidade e da com- petência exclusiva.....	451
22.6.2. Demonstrações financeiras comuns	453
22.6.3. Demonstrações financeiras especiais	457
22.6.4. Companhias abertas — extensão de obrigações.....	457
22.6.5. Quadro-resumo.....	458
22.7. Sociedades de grande porte	458

CAPÍTULO 23 — AÇÕES, ACIONISTAS E VALORES MOBILIÁRIOS

23.1. Capital social e ações.....	459
23.2. Valores da ação.....	461
23.2.1. Valor nominal.....	462
23.2.2. Ações sem valor nominal.....	463
23.2.3. Valor patrimonial ou contábil	464
23.2.4. Valor de mercado ou bolsístico.....	464
23.3. Certificado de ações e agente emissor	464
23.4. Custódia de ações.....	466
23.5. Certificado de depósito de ações.....	466
23.6. Sistema único de custódia.....	467
23.7. Constituição de direitos reais sobre as ações — o penhor	468
23.7.1. Usufruto	469
23.7.2. Fideicomisso.....	469
23.7.3. Alienação fiduciária	469

23.8. Dividendos	470
23.9. Obrigações do acionista — noções	471
23.10. Acionistas — exercício de direitos e retirada.....	472
23.10.1. Acionista controlador.....	472
23.10.2. Acionista dissidente	472
23.10.3. Acionista minoritário e acordo de acionistas	474
23.11. Direitos essenciais do acionista	474
23.12. Outros valores mobiliários — noções.....	475
23.12.1. Debêntures.....	476
23.12.2. Partes beneficiárias	483
23.12.3. Bônus de subscrição	484
23.12.4. <i>Commercial papers</i>	485

CAPÍTULO 24 — ÓRGÃOS DA SOCIEDADE POR AÇÕES

24.1. Órgãos sociais — espécies.....	487
24.2. Assembleia geral	487
24.2.1. Competência exclusiva.....	488
24.2.2. Espécies de assembleia.....	492
24.2.3. <i>Quorum</i> de instalação e de deliberação.....	495
24.2.4. Funcionamento da assembleia.....	499
24.3. Disposições comuns aos administradores.....	499
24.4. Conselho de administração.....	501
24.5. Diretoria.....	504
24.6. Conselho fiscal.....	504

CAPÍTULO 25 — REORGANIZAÇÃO DAS SOCIEDADES

25.1. Aspectos gerais.....	506
25.2. Diferenças entre os procedimentos e efeitos.....	508
25.2.1. Direitos dos credores na incorporação, fusão e cisão.....	509
25.2.2. Direitos dos credores na transformação e responsabilidade dos sócios.....	509
25.2.3. Responsabilidade dos sócios na incorporação, fusão e cisão.....	510
25.2.4. Direito de recesso	511
25.2.5. Responsabilidade dos sócios não dissidentes.....	512
25.2.6. Resumo das responsabilidades das sociedades e de seus sócios.....	512
25.3. Procedimento exigido na incorporação, fusão e cisão.....	513

25.4. Procedimento exigido na transformação	516
25.5. Grupos de sociedades	518
25.5.1. Grupo de fato.....	518
25.5.2. Grupo de direito	519
25.5.3. Consórcio	520

CAPÍTULO 26 — DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DE SOCIEDADES

26.1. Dissolução das sociedades em geral	522
26.2. Resolução da sociedade em relação a um ou mais sócios	523
26.3. Dissolução total da sociedade	524
26.3.1. Dissolução extrajudicial.....	524
26.3.2. Dissolução judicial	528
26.4. Falência	530
26.5. Dissolução das sociedades de capitais	532
26.5.1. Dissolução de pleno direito	532
26.5.2. Dissolução por decisão judicial	534
26.5.3. Dissolução por ato administrativo	535
26.6. Do rito processual da dissolução judicial.....	536
26.6.1. Da legitimidade.....	536
26.6.2. Dissolução por iniciativa do Ministério Público.....	537
26.6.3. Do pedido inicial e rito processual	538
26.6.4. Nomeação e destituição do liquidante	538
26.6.5. Atribuições do liquidante.....	540
26.6.6. Do inventário e da partilha.....	542
26.6.7. Partilha.....	544
26.6.8. Liquidação de empresa individual	544
26.7. Liquidação extrajudicial.....	545
<i>Bibliografia</i>	547
<i>Índice Onomástico</i>	557
<i>Índice Alfabético-Remissivo</i>	561